

86 - AS PRINCIPAIS DIFICULDADES DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO-RO

DANÚBIA DANIELA DE LIMA QUEIROZ
SAMIR SARAIVA DE OLIVEIRA LUSTOSA
JOÃO BERNARDINO NETO

Especialista em Educação Física Escolar pela Faculdade de Pimenta Bueno (FAP)
Porto Velho (RO), Brasil.
jbneto57@yahoo.com.br

doi:10.16887/89.a1.86

INTRODUÇÃO

Os primeiros anos de vida de um ser humano geralmente são orientados pelos pais, que utilizam a ludicidade para apresentar aos seus filhos o mundo físico e sociocultural. Posteriormente, as instituições de ensino serão responsáveis por dar continuidade a esse processo de aprendizagem, possa ser considerando todo o conhecimento já adquirido no convívio familiar e na primeira fase da educação básica.

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) assegura a educação básica como um direito social, conforme descrito no art. 4º da Lei n. 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), o qual indica o dever do Estado, nos seguintes termos:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio.

Em complemento, observa-se a previsão do art. 211 da CRFB, o qual dispõe que: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os municípios organizaram, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino”. Nessa linha, segundo o § 2º do referido artigo, “os municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.” (BRASIL, 1988).

Contudo, ainda que a citada legislação preveja mecanismos para o desenvolvimento de um ensino de qualidade em todos os níveis, na prática, o sistema de ensino não é capaz de formar cidadãos críticos e ativos na sociedade, pois são inúmeras as dificuldades no âmbito educacional brasileiro.

A situação torna-se ainda mais alarmante se considerarmos a realidade da Educação Física Escolar do município de Porto Velho-RO, tendo em conta que parte do currículo obrigatório no ensino fundamental I se encontra abandonada, sem os elementos básicos para as suas práticas. Em relação ao assunto comentam Prandina e Santos (2016, p.99, 100).

No Brasil a educação física escolar encontra-se numa situação pouco favorável ao bom desenvolvimento da criança, já que existem muitas dificuldades para que os professores consigam exercer suas funções de forma eficiente, como a falta de apoio do Poder Público, baixa remuneração, falta de recursos e incentivo aos profissionais.

Nesse contexto, para a melhoria do cenário em questão, mostra-se essencial a observação da importância da Educação Física Escolar em todas as etapas da educação básica como área de conhecimento indispensável para o processo de formação integral do aluno. No ponto, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) descreve que:

É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola. (2017, p. 2011).

Diante do exposto, o presente estudo preocupa-se com a realidade atual das aulas de Educação Física na rede pública de ensino do município de Porto Velho, em face da obrigatoriedade prevista na LDB, uma vez que as aulas de Educação Física acabam por ser ministradas em locais inadequados, com pouco ou sem nenhum material.

Segundo Rosa, Ivo e Marin (2016, p.59): “a infraestrutura das escolas é um fator importante para se analisar a qualidade da educação, tendo em conta que todos os componentes curriculares necessitam de condições básicas”.

Com isso, justifica-se a necessidade de analisar o impacto das inadequações do espaço destinado às aulas de Educação Física Escolar, da ausência de materiais e qualificação continuada dos professores, dentre outros fatores, de modo a identificar as dificuldades na prática do componente curricular nas escolas públicas do município de Porto Velho, bem como as soluções para a problemática do estudo.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e quantitativa. Nas lições de Prodanov e Freitas (2013, p.59-69), a primeira ocorre quando “o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles”; enquanto, a segunda, “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

Para a fundamentação desse estudo foram realizadas pesquisas bibliográficas na área de conhecimento Educação Física Escolar, com a coleta de dados através da pesquisa de campo, tendo o “[...] objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta [...]” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.59).

O estudo em questão foi realizado junto aos professores de Educação Física das escolas públicas no município de Porto Velho- RO, durante a etapa de consulta pública da implementação da BNCC no estado de Rondônia e contou com a participação de 50 profissionais da área.

A amostragem da pesquisa foi composta por 60% dos pesquisados, como requisito de delimitação foi estabelecida a tabulação das respostas de professores atuantes no ensino fundamental I.

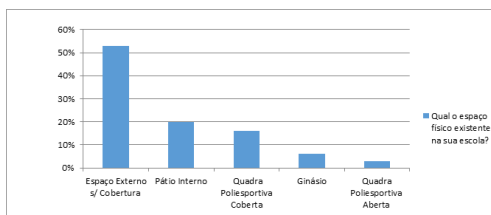
O questionário aplicado foi composto de 14 questões, sendo 12 fechadas e 02 abertas. Para demonstrar a realidade das dificuldades da Educação Física Escolar, no ensino fundamental I do município de Porto Velho-RO, jogou-se necessária a análise de apenas quatro questões, duas fechadas e duas abertas.

RESULTADO

Referindo-se aos resultados, quanto ao nível de ensino dos participantes, 33% dos professores eram graduados, 63% especialistas e 3% mestres.

Em relação ao tempo de atuação dos professores no ensino da Educação Física Escolar em sala de aula no município de Porto Velho, constatou-se que 70% têm uma experiência superior a 10 anos, 26% atuam há mais de 5 anos, e que apenas 4% tem menos de 1 ano de experiência.

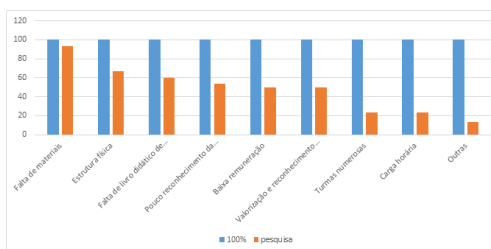
Gráfico 1. Espaço físico existente nas escolas de ensino fundamental I no município de Porto Velho.



Fonte: próprio autor.

Para a elaboração do gráfico, foi considerado o melhor espaço disponível informado pelos professores, posto que algumas escolas possuem 2 ou mais espaços utilizados para as práticas da Educação Física Escolar.

Gráfico 2. Principais dificuldades no cotidiano escolar para a prática da Educação Física.



Fonte: próprio autor.

Na questão de origem do gráfico 2 foi dada a opção de marcar mais de um item, por isso, os dados foram feitos em comparativo a 100% da amostra da pesquisa para cada um dos itens.

DISCUSSÕES

Registra-se no Referencial Curricular de Educação Física de Porto Velho - RCEF (2016, p.19-20), no ponto em que menciona brevemente as condições da educação física no município que:

Muitas escolas não dispõem de um espaço físico adequado à prática da educação física de modo que a política pública do município deverá passar pela inclusão de instrumentos que promovam os melhoramentos necessários como forma de promover o melhor atendimento ao aluno.

Posto isso, verifica-se que o ambiente escolar das escolas da rede pública municipal não é adequado ao desenvolvimento das práticas da Educação Física escolar, tão essencial ao amadurecimento dos padrões de movimento dos educandos.

Observa-se que os alunos da rede municipal estão sendo prejudicados em seu direito básico à Educação Física de qualidade, pois são expostos às intempéries climáticas e naturais (vento, chuva, sol, calor excessivo, poeira, lama), isto é, entregues ao relento em face da ausência de estruturas adequadas.

Os professores relatam como as maiores dificuldades para a prática das aulas de Educação Física a ausência de estrutura adequada e as difíceis condições climáticas no nosso Estado.

Tais condições são comuns na Região Amazônica, tal como explana Gomes (2012, p. 238) “no estado de Rondônia predomina o clima equatorial quente e úmido com três meses secos” [...]. Ademais para o autor [...] “o total pluviométrico anual excede 2.000 mm, com chuvas de setembro a maio, sendo julho o mês mais seco”.

Nessas condições, os educandos não detêm os meios necessários para estabelecer padrões de movimentos fundamentais para o desenvolvimento físico, esportivos e cognitivo. Contudo, identificamos políticas públicas educacionais no município elaboradas para a resolução destas problemáticas.

No Plano Municipal de Educação - PME (2015, p. 111) temos como meta “garantir que progressivamente, sejam construídas quadras poliesportivas cobertas em 80% (oitenta por cento) das escolas do Sistema Municipal de Ensino, até o final da vigência deste PME.” O Plano Municipal de Educação elaborado em conformidade com o Plano Nacional de Educação terá a vigência de 10 anos, período em que as metas estabelecidas devem ser realizadas e gerem resultados efetivos.

Conforme o PME de Porto Velho (2015, p. 34), das 146 escolas municipais apenas 28 possuem quadras de esporte. Dessa forma, conclui-se que mais de 80% das escolas não têm quadras esportivas, portanto, não dispõem de ambientes adequados para a prática da disciplina.

Na pesquisa desenvolvida por Rosa; Ivo; Marin (2016, p.59), tendo por referência o estudo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), foram encontrados apontamentos semelhantes, veja-se:

Os dados apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) também são ilustrativos na medida que demonstram que, em 2012, das 122.716 escolas públicas de Ensino Fundamental no Brasil, apenas 32% contemplam quadra poliesportiva (BRASIL, 2013). Significa dizer, no mínimo, que na construção das demais unidades escolares (68%) espalhadas pelo território brasileiro não foi previsto a construção de espaço próprio para o componente curricular Educação Física.

No gráfico 1, foram abordados os espaços físicos existentes nas escolas do município de Porto Velho, onde se constatou que: 53% dispõem de um espaço externo sem cobertura; 20% possuem pátio interno para as aulas de Educação Física Escolar; 16% possuem quadras cobertas; 6 % têm um ginásio disponível para as aulas; e 3% dispõem de quadra poliesportiva aberta.

No que se refere ao espaço físico existente nas escolas constatou-se que mais 70% dos professores questionados não dispõem de um ambiente adequado para as práticas de Educação Física em seu cotidiano de trabalho; ministram aulas em espaços externos sem cobertura e em pátios internos e quadras poliesportivas abertas, ambientes nos quais os alunos e

professores sofrem com o sol intenso ou fortes chuvas.

Nesse sentido, resta claro que a falta de estrutura limita o planejamento do professor, o qual acaba por ministrar aulas teóricas, em excesso, deixando os alunos insatisfeitos e provocando a evasão nas aulas de Educação Física Escolar. Para Silva e Damásio citado por Neto (2017, p, 21).

A ausência ou precariedade do espaço físico nas escolas para as aulas de Educação Física, podem ser observadas sob dois aspectos: o da não valorização social desta disciplina (desvalorização de sua importância no desenvolvimento integral do educando) e o descaso das autoridades para com a educação destinada às camadas populares.

A Educação Física Escolar é um componente curricular obrigatório importante para o desenvolvimento integral, porém, as dificuldades citadas indicam que a função principal dessa área do conhecimento, que é “proporcionar aos alunos uma compreensão sobre o próprio corpo, seja no aspecto social, cultural, psicológico, afetivo ou biológico” (PRANDINA; SANTOS, 2016), não está sendo cumprida.

Com efeito, nesta pesquisa foi observado que a Educação Física Escolar ainda é tratada com descaso quando se trata de oferecer as estruturas básicas nas escolas do município de Porto Velho. Com isso, os professores são obrigados a se adequarem à realidade local, sendo a ausência de espaço um espaço adequado de trabalho o fator limitador do desenvolvimento das práticas de Educação Física.

Os professores vencem as dificuldades da falta de infraestrutura com planejamentos adaptados à realidade escolar. “Entretanto, não se deve forjar o movimento em detrimento à carência espacial, já que se acredita que as condições materiais – instalações, material didático, espaço físico - interferem de modo significativo na prática pedagógica.” (SEVERO; CARVALHO, 2015).

Quando se reporta à análise das principais dificuldades no cotidiano escolar, no que concerne à prática da Educação Física Escolar, tal como representado no gráfico 2, observa-se que: 93% dos professores, nas questões fechadas, afirmam não haver materiais didáticos, sendo essa a principal dificuldade encontrada por eles nas práticas de ensino da disciplina Educação Física Escolar.

Nas questões abertas, os professores detalham que o material é insuficiente, de baixa qualidade, inadequados para a faixa etária do ensino fundamental I, ou inexistente, principalmente para o trabalho de inclusão de alunos com deficiência.

Esse contexto representa a realidade, muito embora existam previsões orçamentárias na Lei Orgânica do Município de Porto Velho, com redação dada pela emenda n.º 01/90 de 26 de junho de 1990, para o incentivo ao lazer, esporte e práticas de Educação Física nas unidades educacionais do município. Extrato:

Art. 10 - Acrescente-se ao artigo 200 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho, os seguintes parágrafos: “§ 1º - O Município destinará recursos orçamentários para incentivar: I - a esporte formação, a esporte participação, o lazer comunitário, e, na forma lei, o esporte de alto rendimento; II - a prática da educação física como premissa educacional; III - a criação e manutenção de espaços próprios e equipamentos condizentes às práticas esportivas, recreativas e de lazer da população. § 2º - O Executivo, através do órgão competente, elaborará, divulgará e desenvolverá até o mês de fevereiro de cada ano programa técnico-pedagógico e calendário de eventos de atividades esportivas competitivas, recreativas, e de lazer do órgão e de suas unidades educacionais.

Entre as principais dificuldades no cotidiano escolar, para a prática da Educação Física Escola, a estrutura física aparece em segundo lugar com 66%, representando a carência de espaços adequados para o ensino da Educação Física.

A falta do livro didático foi a terceira causa mais apontada pelos participantes com uma porcentagem de 60%, ressaltando a importância do material didático específico da disciplina “entendemos que a mesma importância que os professores das demais disciplinas atribuem ao giz e ao livro didático, é equivalente aos materiais para as aulas do professor de educação física”. (SOMARIVA, VASCONCELLOS, JESUS, 2013).

Ademais, entre outras dificuldades, 53% dos professores afirmaram que o pouco reconhecimento da importância da disciplina tem impacto negativo em suas práticas, sendo esta tratada literalmente como recreação e passatempo.

Ao serem questionados sobre remuneração, valorização e reconhecimento profissional, 50% dos participantes da pesquisa apontaram estes itens como dificuldades mais frequentes do cotidiano escolar.

Outros dois itens obtiveram 23% das queixas dos professores, foram eles: turmas numerosas e carga horária.

A carga horária excessiva gera o transtorno das salas de aulas lotadas, desgaste físico e emocional excessivo, afetando a saúde do professor e a qualidade do seu trabalho.

As turmas numerosas demandam uma estrutura física adequada, grande quantidade de materiais, maior esforço do professor para orientação das práticas da disciplina. De acordo com os dados apresentados, extrai-se que as escolas do município não dispõem de infraestrutura e matérias suficientes, o que dificulta a realização de um trabalho adequado em turmas numerosas.

Em questão aberta, solicitou-se aos pesquisados que citassem três das maiores dificuldades da Educação Física Escolar no ensino fundamental I. Nesse ponto, as respostas coincidiram com o resultado das questões fechadas do questionário, pois as três principais dificuldades encontradas pelos professores da rede pública do ensino fundamental I no município de Porto Velho, para a prática das aulas de Educação Física Escolar, são: a falta de material de trabalho, a ausência de estrutura física e a falta de livros didáticos da área de conhecimento.

Diante dos resultados encontrados, chega-se à conclusão de que os nossos gestores públicos desconhecem que “trabalhar com o movimento, com o corpo, proporciona aos alunos conhecimentos essenciais à vida, como compreender a finalidade de um grupo, de uma equipe e saber respeitar regras”. (Prandina; Santos, 2016, p.104). Com isso, apesar do reconhecimento da Educação Física como parte do currículo da educação básica, a luta por valorização da área continua com a reivindicação de melhorias das estruturas físicas e pedagógicas, para a garantia da qualidade das práticas da Educação Física Escolar.

CONCLUSÕES

Posto isso, com base na coleta de dados junto aos profissionais da Educação Física Escolar do município de Porto Velho, conclui-se que o reconhecimento desta área de atuação precisa da implementação efetiva das políticas públicas definidas na CRFB, na LDB, na Lei Orgânica do referido Município e nos Planos Nacional e Municipal de Educação.

E, em análise aos dados coletados, constatamos que as principais dificuldades enfrentadas na Educação Física Escolar no ensino fundamental I do município de Porto Velho são: a falta de material didático, ausência de estrutura física adequada, bem como de livros da área desse conhecimento.

Ao longo da análise, foi aferida que a competência para a resolução das dificuldades encontradas é do município de Porto Velho, o qual tem o dever de atuar prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

Na linha dessa pesquisa, foi estudado o PME de Porto Velho que já expressava a realidade detalhada dos problemas

no ensino da Educação Física nas escolas municipais. Assim, evidencia-se que o citado município já está ciente das inadequações existentes nas escolas, razão pela qual o mencionado plano contém metas e previsões para realizar, até 2025, avaliação das próprias políticas públicas e seus resultados, com a divulgação necessária, como requer a transparência.

A princípio, este trabalho não tinha como objetivo avaliar o Plano Municipal de Educação do Município vigente, portanto, não coube aqui detalhar as suas ações. Destaca-se, ainda, a existência de leis orçamentárias garantindo a prática da Educação Física como premissa educacional.

A título de contribuição, a presente pesquisa revelou que, sob a ótica dos professores de Educação Física Escolar consultados, as dificuldades podem ser sanadas com políticas públicas voltadas a esta área do conhecimento, desde de que sejam aplicadas, de forma adequada, as verbas orçamentárias previstas em lei na formação continuada dos educadores, na realização de capacitações e na valorização profissional.

Posto isso, corroboram-se as afirmações dos professores no sentido de que, para sanar as dificuldades existentes, é preciso haver a melhoria da realidade apresentada nesse estudo, com a efetivação das políticas públicas definidas na lei e nos planos educacionais. Por fim, acrescenta-se, como fator positivo, as melhorias previstas para o ensino da Educação Física Escolar, conforme indicado na Base Nacional Comum Curricular prevista para 2019, no que se espera a devida efetividade.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaoconsolidado.htm>. Acesso em: 22 outubro 2018.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em: 22 outubro 2018.

BRASIL. Plano de Educação Nacional. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20 metas.pdf>. Acesso em: 22 outubro 2018.

BRASIL. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 22 outubro 2018.

PORTO VELHO. Lei Orgânica do Município de Porto Velho, emenda à lei orgânica N.º 01/90 DE 26 DE JUNHO DE 1.990. Disponível em: <<https://www.portovelho.ro.gov.br/uploads/arquivos/leis/2017/08/41/1502202072todas-as-emendas-ate-2017.pdf>> Acesso em: 30 outubro 2018.

PORTO VELHO. Plano Municipal de Educação de Porto Velho. Disponível em: <[http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/5604_2015_pme_prefeitura_porto_velho_ro_\(plano_municipal_de_educacao_de_porto_velho\).pdf](http://www.avaliacaoinstitucional.unir.br/uploads/87878787/5604_2015_pme_prefeitura_porto_velho_ro_(plano_municipal_de_educacao_de_porto_velho).pdf)>. Acesso em: 22 outubro 2018.

PORTO VELHO. Referencial Curricular do Município de Porto Velho. Educação Física. 1º ed. Disponível em: <<https://semed.portovelho.ro.gov.br/artigo/18932/secretaria-municipal-de-educacao-de-porto-velho>>. Acesso em: 22 outubro 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano, FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico /- 2. ed. - Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em: 25 outubro 2018.

ROSA, Cleiton Luís Amaral da ; IVO, Andressa Aita; MIRIN, Elizara Carolina, Espaços Físicos e Materiais Didáticos: Repercussões na Educação Física Escolar. BIOMOTRIZ, v.10, n. 02, p. 51 – 65, Dez./2016 Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/BIOMOTRIZ/article/view/409>> Capturado em: 01 novembro 2018.

SOMARIVA, João Fabrício Guimara, VASCONCELLOS, Diego Itibere Cunha,

JESUS, Thuiane Vieira de. As dificuldades enfrentadas pelos professores de educação física das escolas públicas do município de Braço do Norte. Disponível em: <http://linguagem.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/eventos/simfop/artigos_v%20sfp/Jo%C3%A3o_Somariva.pdf> Acesso em: 22 outubro 2018.

SEVERO, Nayara Alves, CARVALHO Mayllena Joanne, A Carência de Espaço Físico na Escola: Implicações na Prática Pedagógica. Disponível em:

<<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/viewFile/7450/4026>> Capturado em: 01 novembro 2018.

PRANDINA, Marilene Zandonade, SANTOS, Maria de Lourdes dos, A Educação Física Escolar e as Principais Dificuldades Apontadas por Professores da Área. Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, v.4, n.8, julho a dezembro 2016. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/5745>> Acesso em: 30 outubro 2018.

NETO, Manoel Eteberto Borba, Motivos para a desvalorização do profissional de educação física no ambiente escolar. Disponível em:

<2017 <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22237>> Acesso em: 30 outubro 2018.

Resumo

O presente estudo verifica as principais dificuldades existentes nas práticas da área de conhecimento da Educação Física Escolar do ensino fundamental I (1º ao 5º) da rede pública no município de Porto Velho. Após realizar as pesquisas descritivas e quantitativas, os estudos bibliográficos e a coleta de dados, por meio de questionário com pesquisa de campo junto aos profissionais da disciplina, verifica-se que as principais dificuldades enfrentadas por eles são: a falta de material; a ausência de estrutura física adequada e de livros didáticos. Na pesquisa foi aferido também que, sob a ótica dos professores, estas dificuldades podem ser sanadas com a promoção de políticas públicas voltadas à Educação Física Escolar, com a aplicação adequada de verbas, a formação continuada e a realização de capacitações envolvendo os professores e a equipe pedagógica, de modo a existir a valorização profissional. Assim, conclui-se que as dificuldades encontradas podem ser reduzidas com a melhoria da efetividade das políticas públicas descritas na legislação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Física Escolar; Ensino Fundamental 1; Dificuldades.